



## CADÊ A CRIANÇA DO ÁRIES QUE ESTAVA AQUI? A FÁBRICA COMEU...

Ligia Regina Klein  
lr.klein@uol.com.br  
(UFPR)

### Resumo

As recentes produções teóricas nos campos da história e da sociologia da infância deram elevado destaque a Philippe Ariès, historiador das mentalidades, autor de obra considerada seminal na área: - História Social da Criança e da Família. Esta obra tem servido de referência obrigatória nas teorizações sobre a infância, no Brasil. Em apertada síntese, pode-se afirmar que Ariès escreve uma história das categorias infância e adolescência, na passagem da sociedade feudal para a sociedade industrial, calcado em duas teses principais: o novo interesse pela criança e pelo adolescente teria resultado da reiteração de manifestações de sentimentos amorosos dos pais e da universalização da escola que, substituindo a aprendizagem como meio de educação, organiza as classes pelo critério etário. A esta abordagem de Ariès, contrapomos a tese de que a maioria das crianças, à época, é filha de trabalhadores em processo de proletarização, deixando o campo e passando ao trabalho fabril. É um momento em que a família se desagrega e longe de poder ser alvo de cuidados e carinhos, o lugar dessa criança também é a fábrica. É na luta proletária pelas leis fabris, de proibição de trabalho infantil e/ou trabalho infantil noturno, bem como pela diminuição da jornada de trabalho, que há um debate amplo da sociedade envolvendo as categorias “infância” e “adolescência”. Conclui-se que uma visão idealizada de criança e adolescente, que tangencia as suas condições concretas de produção da existência, dificulta a própria análise dos processos socioeconômicos e culturais que envolvem a criança e do adolescente contemporâneos.

**Palavras-chave:** Infância e adolescência. Philippe Ariès. Leis fabris.



*A crítica já não necessita de ulterior elucidação do seu objeto, porque já o entendeu. A crítica já não é fim de si, mas apenas um meio; a indignação é o seu modo essencial de sentimento, e a denúncia a sua principal tarefa.*

*Marx*

Phillipe Ariès, aclamado como autor de obra seminal sobre o tema da construção do conceito de infância na passagem do medievo para a modernidade - *História Social da Criança e da Família* -, exerce reconhecida influência na historiografia e na sociologia da infância contemporâneas, bem como nos estudos sobre a criança desenvolvidos no campo da educação. Muito do reconhecimento com que foi acolhida sua obra deve-se ao proclamado pioneirismo





## IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

temático, não obstante a existência de outras relevantes abordagens anteriores à sua, as quais, entretanto, não tomaram a infância como objeto central ou exclusivo, ou o fizeram em perspectiva já superada, como o higienismo. Nesse sentido, Pires (2008, p 135) afirma:

Philippe Ariès [...] é o grande representante da teoria moderna nos estudos da infância. Seu trabalho é reconhecido por ter introduzido definitivamente as crianças nas pesquisas acadêmicas e por ter afirmado a condição da infância como uma construção social.

Na mesma direção, Corazza (1998, p, 307) registra:

[...] há unanimidade em reconhecer que Ariès não somente abriu um novo caminho de pesquisa [...] como estabeleceu um grupo de categorias para trabalhar este novo objeto “infância – como as de ‘descoberta’, ‘ invenção’, ‘conceito’, ‘natureza’, ‘consciência’, ‘sensibilidade’, ‘sentimento’ -, as quais, se foram e prosseguem sendo constatadas, refutadas, revisitadas, por isso mesmo, incitaram a produção discursiva que constitui esse novo campo epistemológico.

Pioneiro ou não, a verdade é que Ariès tem pontificado como referência obrigatória – a ser assimilada ou criticada - na literatura contemporânea sobre o tema.

A obra referencial, já nominada, situa-se no campo da *história das mentalidades*<sup>1</sup>. Conforme Roger Chartier (1990 p. 30), o termo francês *mentalité* é de difícil tradução para outras línguas, expressando uma forma francesa bastante singular de se pensar. Jacques Le Goff (1990, p. 11) reconhece a *história das mentalidades* como um dos ramos da história das “representações”, por sua vez nascida da crítica à noção de “fato histórico”:

A crítica da noção de fato histórico tem, além disso, provocado o reconhecimento de "realidades" históricas negligenciadas por muito tempo pelos historiadores. Junto à história política, à história econômica e social, à história cultural, nasceu uma história das *representações*. Esta assumiu formas diversas: história das concepções globais da sociedade ou história das *ideologias*; história das estruturas mentais comuns a uma categoria social, a uma sociedade, a uma época, ou história das *mentalidades*;

Questão essencial do método da história das mentalidades, assumido por Ariès, é o foco privilegiado na representação do objeto investigado, de modo a afastar quaisquer subordinações à

<sup>1</sup> As noções que informam a *história das mentalidades* são bastante fluidas, de tal modo que é possível afirmar uma vertente de cada autor, com identidade nas linhas gerais - o estudo da história pela via da representação dos fenômenos, em detrimento dos próprios fenômenos objetivos -, mas especificidades marcantes.





## IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

materialidade. Se o confronto entre a práxis e a representação é desejável, o historiador, entretanto, não o fará de forma a subordinar a última à primeira.

É nesse sentido a lição de Le Goff (1990, p. 11):

Todos os novos setores da história representam um enriquecimento notável, desde que sejam evitados dois erros: antes de mais nada, subordinar a história das representações a outras realidades, as únicas às quais caberia um status de causas primeiras (realidade materiais, econômicas) – renunciar, portanto, à falsa problemática da infra-estrutura e da superestrutura. Mas também não privilegiar as novas realidades, não lhes conferir, por sua vez, um papel exclusivo de motor da história.

Nascida na chamada escola dos Annales – que teve, na sua origem, pesquisadores vinculados à perspectiva marxista – a *história das mentalidades* firma-se em uma direção já esboçada pela história cultural, deslocando mais ainda o foco das questões econômico-sociais para questões das *mentalités*. Desde o início da década de 70, os historiadores sociais estenderam suas pesquisas para além da análise demográfica e sócio-econômica, aplicando-se ao estudo das percepções culturais populares. Nessa linha, na dicção de Desan (1992, p. 63), no intento de “conferir voz e vida aos camponeses, trabalhadores e artesãos que estudavam, os historiadores enriqueceram seu retrato quantitativo pelo estudo das *mentalités*”. Como anota Hunt (1992, p. 8-9): à medida que “a quarta geração dos historiadores dos Annales passou a preocupar-se cada vez mais com aquilo que, muito enigmaticamente, os franceses chamam *mentalités*, a história econômica e social sofreu um recuo em termos de sua importância”. Assim, *mentalités* já não mais se constitui, para alguns historiadores como Chartier e Revel, como um dos níveis da experiência história. Antes, eleva-se à condição de determinante básico da realidade histórica, de tal modo que se rejeita a dependência das estruturas mentais a quaisquer determinações materiais. Enfim, as próprias representações do mundo social são os componentes da realidade social, afirma Chartier (apud HUNT, 1991, p. 9).

Esta radicalização parece fugir ao alerta de Le Goff (1976, p. 70), que afirmava, a respeito:

Uma explicação histórica eficaz deve reconhecer a existência do simbólico no interior de toda realidade histórica (incluída a econômica), mas também confrontar as representações históricas com as realidades que elas representam e que o historiador apreende mediante outros documentos e métodos – por exemplo, confrontar a ideologia política com a práxis e os eventos políticos. E toda história deve ser uma *história social*.





## IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

De todo modo, movida pela “sua vocação de designar os resíduos, o não sei o que da história”, a *história das mentalidades* estendeu seu arco de questões para fronteiras com outras ciências humanas, consolidando, segundo Le Goff (1976, p. 70), quatro aproximações principais que a caracterizam: com a psicologia, na medida que se ocupa dos comportamentos e atitudes coletivas; com a demografia, ao buscar a quantificação dos comportamentos; etnologia, quando se ocupa da sincronia, do nível mais estável das quantificações; com a sociologia, ao empenhar-se no estudo do social pelo coletivo. Na síntese do historiador:

A história das mentalidades não se define somente pelo contato com as outras ciências humanas, e pela emergência de um domínio repellido pela história tradicional. É também o lugar de encontro de exigências opostas que a dinâmica própria à pesquisa histórica atual força ao diálogo. Situa-se no ponto de junção do individual e do coletivo, do longo tempo e do cotidiano, do inconsciente e do intencional, do estrutural e do conjuntural, do marginal e do geral. (LE GOFF, 1976, p. 71)

É nesse marco teórico, mas com peculiaridades metodológicas, que se inscrevem os trabalhos de Ariès, autor, inclusive, de um estudo em que reconstitui a trajetória do movimento que vai da fundação dos Annales à história das mentalidades. Incorporou, desse movimento, em especial da chamada segunda geração dos Annales, as noções de longa duração, demografia e serialização de documentos. Aplicando essas noções às mentalidades, conclui pela sua relevância na investigação histórica: “séries numéricas, na longa duração, revelaram modelos de comportamento de outro modo inacessíveis e clandestinos. Assim, as mentalidades surgiram ao cabo de uma análise das estatísticas demográficas” (ARIÈS, 1991, p. 159). Nessa perspectiva metodológica, amplia-se o leque das fontes historiográficas, pois tudo que é quantificável e se estende em uma longa duração expressa mentalidades que são matéria do historiador: “tudo que concerne às repetições banais da existência torna-se traço essencial de mentalidades” (Idem, p. 166). Metodologicamente, acrescenta um traço original ao estudo historiográfico, distinguindo, mas pondo em diálogo, duas temporalidades, que expressam duas mentalidades: a do presente “que se supõe conhecida e que é, de fato, pelo menos ingenuamente conhecida, que serve de ‘testemunho’, e a qual o historiador se refere”, e a do passado “enigmática, discutível, terra incógnita, que o historiador se propõe descobrir” (idem, p. 171). O confronto entre esses dois tempos-mentalidades põe em destaque as diferenças e permite, a partir do presente, a





## IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

aproximação com o passado: “a análise dessas transferências de ideias e de sensibilidade permite subtrair do presente fatias do passado e adelgaçar o presente a ponto de torná-lo transparente” (idem, p. 173). Em outro momento, diz o autor (2011, p.xii): “bem sabemos que percebemos no passado primeiro as diferenças e só depois as semelhanças com o tempo em que vivemos”.

O cerne da metodologia de Ariès, portanto, é a comparação entre duas mentalidades, do passado e do presente, a partir deste, por meio de fontes variadas nas quais essas mentalidades encontram-se materializadas. Sua perspectiva metodológica é comparativa-regressiva: parte do presente, tomado como modelo, para uma comparação com dados do passado, donde emerge um novo modelo com o qual se modifica o modelo do presente:

A história das mentalidades é sempre, quer o admita ou não, uma história comparativa e regressiva. Partimos necessariamente do que sabemos sobre o comportamento do homem de hoje, como de um modelo ao qual comparamos os dados do passado – com a condição de, a seguir, considerar o modelo novo, construído com o auxílio dos dados do passado, como uma segunda origem, e descer novamente até o presente, modificando a imagem ingênua que tínhamos no início. (ÀRIES, 2011, p xxii).

Com esse aporte metodológico, Ariès se debruça sobre seu objeto de pesquisa - a família e a infância -, realizando estudos sobre as *representações* sociais a elas pertinentes, a partir de fontes diversas, porém, relacionadas com a vida privada ou de referência individual, como diários e dossiês de família, registros de batismo, inscrições em túmulos e, especialmente, a iconografia religiosa e leiga.

Sobre o método empregado por Ariès, diz, Flandrin (1988, p. 88):

Diversidade e caráter maciço do material documentário, constituição de séries, fracionamento das perguntas e adaptação da curiosidade à natureza do documento, pesquisa das convergências, tais são os métodos adotados com arte por Philippe Ariès, e tais são os métodos necessários a toda pesquisa regressiva da história existencial.

Entretanto, o percurso é pedregoso, como afirma o próprio Ariès (2011, p. ix) reconhecendo a dificuldade de construção de uma teoria explicativa. Para o autor, a profusão de dados elencados tende a, num primeiro momento, impor-se caoticamente, de forma a obnubilar uma adequada visão de conjunto do objeto:

Costuma-se dizer que a árvore impede a visão da floresta, mas o tempo maravilhoso da pesquisa é sempre aquele em que o historiador mal começa a





## IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

imaginar a visão de conjunto, enquanto a bruma que encobre os horizontes longínquos ainda não se dissipou totalmente, enquanto ele ainda não tomou muita distância dos documentos brutos, e estes ainda conservam todo o seu frescor. Seu maior mérito talvez seja menos defender uma tese do que comunicar aos leitores a alegria de sua descoberta, torná-los sensíveis – como ele próprio foi – às cores e aos odores das coisas desconhecidas. Mas ele também tem a ambição de organizar todos esses detalhes concretos numa estrutura abstrata, e é sempre difícil para ele (felizmente!) desprender-se do emaranhado das impressões que o solicitaram em sua busca aventurosa, é sempre difícil conformá-las imediatamente à álgebra no entanto necessária de uma teoria.

Com efeito, só por ocasião da reedição de seu livro o autor encontrava-se suficientemente distanciado “das cores e odores” dos dados brutos para deixar fluir a “visão da floresta”. Só aqui, a partir do conjunto, vê com clareza as teses que se podem depreender de sua investigação e que ele reduz a duas. Ele as expõe no prefácio dessa reedição, no bojo das respostas que dirige às críticas recebidas, compondo uma síntese que auxilia sobremaneira a compreensão do seu trabalho.

### A criança de Ariès...

Das duas teses referidas, a primeira tese consiste em que, na sociedade medieval, “a passagem da criança pela família e pela sociedade era muito breve e muito insignificante para que a família tivesse tempo ou razão de forçar a memória e tocar a sensibilidade”, razão pela qual “a velha sociedade tradicional mal vislumbrava a criança e menos ainda o adolescente” (ARIÈS, 2011, p. x). A segunda tese explicita que a situação de anonimato e de quase invisibilidade das crianças e adolescentes na sociedade tradicional se modifica “de forma definitiva e imperativa a partir do fim do século XVII”. Essa modificação pode ser compreendida, segundo o autor, por “duas abordagens distintas”: a) a escola substituiu a aprendizagem como meio de educação; b) surgiu, nesse momento, um afeto familiar – entre os cônjuges e entre pais e filhos.

Nas duas abordagens da segunda tese, voltadas a elucidar a modificação no status de crianças e adolescentes, ressaltam dois aspectos: primeiro, a escola se impõe às crianças e adolescentes como um recurso para separá-la dos adultos, como uma “chamada à razão”, em consequência do “grande movimento de moralização dos homens promovido pelos reformadores





## IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

católicos ou protestantes ligados à Igreja, às Leis e ao Estado”; segundo, o nascente afeto familiar em relação aos filhos se expressa, por sua vez, na importância que se passou a atribuir à escola: enquanto, antes, os filhos eram estabelecidos “em função dos bens e da honra”, nos novos tempos, sob um novo sentimento, “os pais se interessavam pelos estudos de seus filhos e os acompanhavam com uma solicitude habitual nos séculos XIX e XX, mas outrora desconhecida”. Em consequência, a família se reorganiza a partir de um novo centro: a criança. A importância que se lhe atribui retira-a do anonimato e institui um novo sentimento que implica, inclusive, a dor da perda. O novo sentimento deriva em preocupação e zelo que, por sua vez, levam a uma limitação voluntária de natalidade, com o objetivo de permitir que os pais concentrem seus cuidados para com ela.

Para Ariès, a relação entre a escola e o sentimento da família é tão íntima, que se trata, na verdade, de um único fenômeno:

[...] elas [as análises do autor] mostravam que o sentimento de família e a escolarização intensa da juventude eram um mesmo fenômeno, um fenômeno recente, relativamente datável e que antes a família se distinguia mal dentro de um espaço social denso e quente.” (ARIÈS, 2011, p. xi).

Esta marcante transformação, expressa na segunda tese, é tomada pelo autor como uma “revolução escolar e sentimental” (ARIÈS, 2011, p. xi), cuja consequência “foi a polarização da vida social no século XIX em torno da família e da profissão, e o desaparecimento [...] da antiga sociabilidade.

Para expor essas teses, seu livro organiza-se em três partes - o sentimento da infância, a vida escolar, a família - de modo a demonstrar como, no período entre a Idade Média e a Revolução Francesa, a demarcação da infância e da adolescência no mundo ocidental era tão frágil, tão pouco reiterada, que não chegava a constituir realidade a ser considerada. A partir do século XVIII, segundo Ariès, ocorreu a “invenção” da infância, graças a uma “evolução das mentalidades”.

Diz Ariès (2011, p. 99):

Na sociedade medieval, que tomamos como ponto de partida, o sentimento da infância não existia – o que não quer dizer que as crianças fossem negligenciadas, abandonadas ou desprezadas. O sentimento da infância não significa o mesmo que afeição pelas crianças: corresponde à consciência da particularidade infantil,





essa particularidade que distingue essencialmente a criança do adulto, mesmo jovem.

Vê-se, pois, que o verdadeiro objeto de investigação de Ariès não é propriamente a família e a criança, mas certa consciência social<sup>2</sup> sobre elas, mas que se expressa na forma de sentimento de família. Diz ele, “é menos a realidade da família, que está em questão, do que o sentimento da família” (in FLANDRIN, 1988, p. 85).

O autor prossegue: “Essa consciência não existia. Por essa razão, assim que a criança tinha condições de viver sem a solicitude constante de sua mãe ou de sua ama, ela ingressava na sociedade dos adultos, e não se distinguia mais destes” (Ariès, 2011, p. 99).

Dessa afirmação, deduz-se que a entrada no mundo adulto era devida a uma inconsciência dos adultos acerca da particular condição do “ser criança”, sem se cogitar quaisquer outras razões igualmente ou mais determinantes. Por sua vez, essa mesma condição de precoce ingresso no mundo adulto inviabilizava a formação dessa consciência, dada a indistinção que havia entre crianças e adultos.

A quebra dessa situação circular da impossibilidade de consciência sobre o “ser criança” ou, na terminologia do autor, o movimento de “evolução das mentalidades”, é puxada pela criação de novas formas de instituições sociais que se entrelaçam na formação do sujeito: a família conjugal - em oposição à linhagem, ou seja, a família moderna, configurada, agora, como agrupamento privado, ou agrupamento íntimo dos pais e dos filhos, no qual se preserva certa identidade e estilo de vida próprios, distintos de outros grupos mais amplos como a corporação de ofício e a comunidade da aldeia - e a escola como espaço isolado e especial.

Ocorre, aí, segundo o autor, uma inflexão no processo de formação dos sujeitos: antes a educação se dava pela inserção nas práticas cotidianas dos mais velhos, e, nesse cotidiano indiferenciado – onde as particularidades não podiam aflorar de forma suficientemente estridente a ponto de se fazerem notar -, crianças e adolescentes eram tidos como adultos. Entretanto, como

---

<sup>2</sup> Na interpretação do jurista Rinaldo Segundo (2003): “A ausência de termos que correspondessem a um critério biológico de divisão das idades entre crianças, adolescentes, jovens e adultos reflete a ausência de preocupação com o que hoje queremos expressar por infância. Sabe-se que a língua representa um código linguístico. A formação desse código, ou seja, das palavras, ocorre por meio de identificação entre algo que é representado e a palavra, que o representa. ausência de termos que caracterizem a infância indica a não percepção da singularidade dessa fase da vida”.





## IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

um esboço dos adultos, seres incompletos, em desenvolvimento. Quando, porém, a constituição da família se configura como um lugar privado, o isolamento, decorrente do não partilhamento pleno do cotidiano dos adultos da comunidade, desloca o lugar da formação, que passa a ser partilhada pela família e a escola, em um meio especial e igualmente isolado. Nesse contexto é que as características das crianças e dos adolescentes vão se manifestar, na sua diferença em relação aos adultos, dando origem às representações e práticas sociais de distinção – vale dizer, de caracterização - infanto-juvenil. A consciência – ou as mentalidades – passa, assim, da concepção de criança como adulto precário, incompleto, não desenvolvido, para a condição de ser particular, criança em si.

Como sintetiza Bernard Dantier (2007, p. s/n), em análise da obra de Ariès:

Enquanto a educação e a formação das novas gerações se elaborava pela sua inserção na vida quotidiana dos mais velhos, esses que hoje chamamos de criança ou adolescente não eram senão um esboço dos adultos, "modelo reduzido" incompleto e temporário de um homem ou de uma mulher. É com um meio especial e isolado de educação, a escola unida à família, que as características infantis e juvenis se distinguem e se formam nas representações e práticas sociais. Esse processo se insere em um conjunto de separações onde as outras categorias e classes sociais não se misturam mais e se separam umas das outras como se separam as idades da criança e as famílias que se fecham fora do espaço público.

É importante destacar que nem Dantier, nem Ariès, se detêm na análise dessas outras “separações” que marcam o alvorecer da modernidade e se consolidam no mundo contemporâneo. Não se debruçam na investigação das determinações que estão nas origens da família e da educação modernas, posto que isto contraria o método de pesquisa da história das mentalidades. Aliás, respondendo a uma crítica de Flandrin<sup>3</sup>, que reconhece justa, Ariès pondera

---

<sup>3</sup> Flandrin redige, em 1964, portanto quatro anos após a 1ª. edição do livro de Ariès, uma resenha crítica, intitulada “Infância e Sociedade”. A resenha volta a ser publicada, com o mesmo título, em 1981, como introdução ao capítulo “A criança e a procriação”, no livro O Sexo no Ocidente, precedida da seguinte explicação: “‘Infância e sociedade’, publicado nos Annales ESC (março-abril 1964) é um relatório crítico do livro de Philippe Ariès, célebre hoje, L'Enfant et la Vie Familiale sous l'Ancien Regime. Como esse livro abriu um novo campo aos historiadores, a história da infância, é normal que esse relatório abra esse capítulo”. No Prefácio à segunda edição do seu livro, Ariès apresenta sua resposta às questões apontadas por Flandrin.





## IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

e, estranhamente, responde em direção oposta à observação do crítico. Veja-se o conteúdo desta crítica específica, dentre outras<sup>4</sup> que lhe dirige Flandrin (1988, p. 85):

[...] “É menos a realidade da família que está em questão, do que o sentimento da família [...]”. Era sem dúvida prudente precisar a natureza das pesquisas: estudamos o sentimento da infância e da vida familiar e não a sua realidade. Mas por que cortar as asas aos possíveis prolongamentos desses estudos? Por que se enclausurar de antemão em categorias psicológicas tão contestáveis quanto o instinto, tão mal definidas quanto o amor dos homens e das mulheres, e por que admitir tão rapidamente a universalidade da tendência humana a “fundar um lar”? Por que, finalmente, estabelecer um fosso tão profundo entre o sentimento da infância (ou da família) e sua realidade? Uma prudência tão grande confina a uma imprudência, e surpreende tanto mais que o autor, felizmente, evade-se do curso de seu estudo.

E, ainda, mais adiante:

O autor parece muitas vezes prisioneiro de sua pergunta inicial (existe um sentimento da infância?) talvez mesmo de idéias preconcebidas. Se era essencial pesquisar a existência de um sentimento da infância e as etapas de seu desenvolvimento, era também importante explorar a natureza desse sentimento e esclarecer **os caracteres da criança das diferentes épocas**. Demasiadamente preocupado em mostrar a descoberta e a segregação da infância, Philippe Ariès parece deformar certos testemunhos e explicar outros de forma insuficiente.

[...] Ariès deforma o testemunho da iconografia, porquanto ela não nos mostra uma ausência verdadeira, mas somente uma raridade (que seria preciso especificar), e uma caracterização sumária das crianças: as crianças são “reduzidas a uma escala menor que os adultos, sem outra diferença de expressão nem de traços”.

[...] Quando ele vem à iconografia e ao costume moderno, parece impedido de aprofundar sua reflexão sobre a natureza da criança. (Grifo nosso). (Idem, p. 88-89)

<sup>4</sup> Além da crítica acima mencionada, Flandrin (1988, p. 88-89) ainda aponta os seguintes problemas no livro de Ariès: 1. deficiências de argumentação, dificultando às vezes, a força de uma demonstração; 2. ênfase nas convergências apreendidas nas fontes, mas pouca preocupação com as divergências evidentes; 3. o autor se aprisiona na sua pergunta inicial – existe um sentimento de infância? – e mesmo em ideias preconcebidas (aqui, o crítico interroga, severamente: “Se era essencial pesquisar a existência de um sentimento da infância e as etapas de seu desenvolvimento, era também importante explorar a natureza desse sentimento e esclarecer os caracteres da criança nas diferentes épocas. Demasiadamente preocupado em mostrar a descoberta e a segregação da infância, Philippe Ariès parece deformar certos testemunhos e explicar outros de forma insuficiente [...] quando ele vem à iconografia e ao costume moderno, parece impedido de aprofundar sua reflexão sobre a natureza da criança.”); 4. a argumentação quantitativa é vaga e subjetiva, evidenciando-se a ausência de provas precisas, concretas, estatísticas. Flandrin conclui que “o grande mérito do livro [...] é, então, sobretudo, de abrir a porta para novas pesquisas. Sua análise das séries iconográficas traz a prova de que é possível explorar campos diante dos quais muitos historiadores ficam ainda céticos. Mas essas pesquisas novas deveriam doravante visar menos a originalidade do que um maior rigor científico”.





## IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Enquanto é evidente que Flandrin reclama um aprofundamento sobre o vínculo do sentimento com a realidade, sobre a “natureza” da criança, para que se justifique a “natureza” do sentimento sobre ela, Ariès, incompreensivelmente uma vez que afirma concordar com a crítica, argumenta que teve excessiva preocupação com o problema da origem e que, ainda, o próprio método induziu esse “defeito” da pesquisa:

J. L. Flandrin criticou uma preocupação muito grande, “obsessiva”, de minha parte, com o problema da origem, que me leva a denunciar uma inovação absoluta onde haveria antes uma mudança de natureza. A crítica é justa. Esse é um defeito que dificilmente pode ser evitado quando se procede por via regressiva, como sempre faço em minhas pesquisas. (ARIÈS, 2011, p. xiii).

Ao admitir o “defeito”, Ariès enfatiza, repetindo, que a consequência negativa dessa ênfase na origem é que ela obriga a inferir uma mudança radical onde só haveria uma “recodificação”: “Ele [o método comparativo-regressivo] introduz de uma forma demasiado ingênua o sentido da mudança, que, na realidade, não é uma inovação absoluta, e sim, na maioria dos casos, uma recodificação” (Ibidem).

Ariès reconhece, ainda respondendo a Flandrin, que:

[...] e a arte medieval representava a criança como um homem em escala reduzida, “isso se prendia, diz ele, não à existência, mas à natureza do sentimento de infância”. A criança era portanto, diferente do homem, mas apenas no tamanho e na força, enquanto as outras características permaneciam iguais.

Considerando que não há uma “nova” criança/adolescente, mas uma nova mentalidade, e considerando que as únicas características que se manifestavam distintas em relação ao adulto diziam respeito ao tamanho e à força, Ariès se propõe, metodologicamente, comparar não as origens do sentimento de infância, mas a natureza do novo sentimento. Afinal, criança e sentimento pela criança já existiam: resta apreender as manifestações de uma nova mentalidade, de uma nova natureza do velho sentimento, agora, porém, um sentimento capaz de levar em conta não apenas a diferença com o adulto em termos de tamanho e força, mas todas as características constitutivas do “ser criança”.

A exigência de centrar o foco na mentalidade implica tangenciar a condição de existência das crianças medieval e moderna como elemento de comparação. Em outra direção, Flandrin reivindica uma vinculação com a “estrutura da existência”:





## IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Mas é certo que os sentimentos de outrora diferem dos sentimentos de hoje. Porém, o sentimento da infância [...] sem dúvida não apareceu *ex nihilo*. Devemos escapar à obsessão de fixar a data do seu nascimento. Há sem dúvida apenas modificações de forma, de valor, mutação das ligações racionais e afetivas, mudança de lugar na estrutura de existência. É preciso, então, por inventários exaustivos de um material sistematicamente constituído em séries, por uma reflexão claramente estatística, por um estudo qualitativo ainda mais detalhado dos documentos, fazer a análise desses sentimentos e fixar seu lugar na vida pessoal e coletiva dos homens de outrora.

Enfim, parece evidente que Ariès se penitencia de ter se excedido na busca das origens - ao levantar mais elementos para justificar suas conclusões – porque isso o teria levado a afirmar o nascimento de um sentimento antes inexistente, quando se tratava apenas de mudança na natureza desse sentimento. A questão, contudo, não é essa ou, ao menos, nela não se esgota: tratar-se-ia, antes, de buscar esses elementos também para além da esfera das idéias, dos sentimentos, das representações<sup>5</sup>.

Com efeito, a insistência de Ariès em tangenciar a realidade material se expressa em dois níveis. Na primeira parte do livro, ela se manifesta no rigoroso cuidado do autor para não extrapolar a descrição das representações da família e da infância na linguagem, nos trajes, nos jogos e brincadeiras, no (des)pudor. Esse rigor descritivo é possível porque as representações são buscadas em fontes que a isso se prestam, pois podem ser tomadas em si mesmas, como meros portadores das representações, elementos inertes como o vocabulário e a iconografia da época. Na segunda parte, quando trata das duas instituições – escola e família - cujo conteúdo não pode ser despreendido das relações sociais, a estratégia do autor para fugir às determinações materiais se realiza por meio do deslocamento dessas determinações – e dos homens como sujeitos da história - em benefício de sentimentos e opiniões, também por meio do emprego de expressões impessoais ou do pronome indeterminado “se”. Por essa via, como se pode deduzir de inúmeras passagens, Ariès justifica o movimento das mentalidades fazendo desfilar, diante de nós, eventos que “surtem”, gestam-se sem nenhum sujeito histórico e sem nenhuma razão aparente.

---

<sup>5</sup> No limite, Ariès (p. 16) vincula as idades a questões demográficas. Entretanto, no caso da nova mentalidade sobre a infância, vincula também a demografia ao próprio nascente sentimento pela criança, como já visto ao longo deste trabalho. Também, em outros momentos, contradiz a vinculação com a demografia (p. 25).





## IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Deste diálogo de Ariès com Flandrin, é pertinente evidenciar dois aspectos: o reconhecimento do tamanho e da força como traço distintivo das crianças em relação aos adultos nas sociedades anteriores e, por outro lado, a exigência metodológica de se manter a investigação ao nível da representação, vale dizer, do sentimento, com pouca ou insuficiente análise das condições concretas de existência das crianças reais.

Ademais, cabe destacar – e essa é uma falha considerável - que, ao centrar-se em fontes que constituem expressão privilegiada, praticamente exclusiva, da nobreza e da aristocracia do período estudado, Ariès toma essa classe – que é formada por uma fração minoritária – como representação legítima da totalidade social. Esse reducionismo, próprio da história das mentalidades, é objeto de apurada crítica do historiador britânico Geoffrey Lloyd, que conforme Vainfas (1997, p. 189) denuncia a suposição de uma “coerência fictícia e estável de sentimentos e ideias numa dada sociedade em prejuízo da pluralidade de sistemas de crenças e racionalidades que coexistem no interior de uma mesma cultura, comunidade ou indivíduo”, na síntese de).

O panorama, até certo ponto idílico, de uma família que se consolida na privacidade e ali desenvolve afetos e consciências mais inteiras sobre a criança, articulada a uma escola-redoma, a isolar a criança do conjunto da sociedade e instituir fases de ensino que, por sua vez, consolidam a mentalidade de recortes de idades infanto-juvenis, é composto pela combinação de uma série de fontes oriundas da nobreza e da aristocracia, com as quais o autor pretende representar a criança em geral.

É com estas marcas que o livro de Philippe Ariès se consolida como referência para estudos posteriores sobre a infância e adolescência<sup>6</sup> e, por isso mesmo, ou seja, pela própria relevância da

---

<sup>6</sup> A despeito do declínio da noção de “mentalidades”, ela continua a inspirar significativo conjunto de trabalhos. Segundo Vainfas (1997, p. 620), a chamada História das Mentalidades, talvez o emblema da chamada Nova História na acepção que lhe deu Ciro Flamarion Cardoso [...], apresenta-se em franco declínio, para não dizer colapso, nos dias de hoje, pelo menos enquanto disciplina ou campo específico de investigação. Combatida por dentro, isto é, pelos que dela exigiram mais desconstrutivismo, estruturalismo ou hermenêutica, e combatida de fora sobretudo pelos marxistas, a história das mentalidades, ascendente nos anos 60 e coroada nos anos 70, sobretudo na França, foi pouco a pouco perdendo terreno, viu muitos de seus historiadores abandonarem o rotulo das mentalidades e acabou se refugiando em microcampos variados ou na hoje assumida e reconhecida como Nova História Cultural. O percurso deste campo, sem dúvida o cenário por excelência do que Cardoso chamou de paradigma pós-moderno, não deixa de ser curioso e paradoxal: de um lado, declínio quase absoluto, e não apenas agonia, da história das mentalidades assim enunciada como disciplina; de outro lado, vitalidade extraordinária da pesquisa dos objetos a





## IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

obra, influenciando o trato que a temática da criança vai receber em áreas como a historiografia, a sociologia e educação, dentre outras, é pertinente perguntar: para além da “mentalidade” descoberta, onde está mesmo a criança de Philippe Ariès?

### A fábrica comeu!

Se abandonarmos a minoria engastada na nobreza e aristocracia e considerarmos a maioria das crianças que compõem a classe trabalhadora; se, como fizeram Marx e Engels, extrapolarmos os documentos da intimidade daquela minoria - diários e dossiês de família, registros de batismo, inscrições em túmulos, a iconografia – e analisarmos os documentos públicos da época (legislação, relatórios, notícias na imprensa), que não se limitam ao trato das questões individuais, mas realmente incidem sobre questões sociais, encontraremos a mesma criança que Ariès?

### O contexto de emergência da criança “visível”

No período em que se desenrola o movimento histórico da sociedade servil para a sociedade industrial, vamos observar, por volta do século XV, o processo de expropriação violenta e expulsão dos camponeses, de suas terras, em ritmo maior que o desenvolvimento da capacidade de absorção manufatureira. A consequência necessária foi a pobreza generalizada, conforme historia Marx (1982, p. 851):

Bruscamente arrancados das suas condições habituais de existência, não podiam enquadrar-se, da noite para o dia, na disciplina exigida pela nova situação. Muitos se transformaram em mendigos, ladrões, vagabundos, em parte por inclinação, mas na maioria dos casos, por força das circunstâncias. Daí ter surgido em toda Europa Ocidental, no fim do século XV e no decurso do XVI uma legislação sanguinária contra a vadiagem. Os ancestrais da classe trabalhadora atual foram punidos, inicialmente por se transformarem em vagabundos e indigentes, transformação que lhes era imposta. A legislação os tratava como pessoas que escolhem propositadamente o caminho do crime, como se dependesse da vontade deles prosseguirem trabalhando nas velhas condições que não mais existiam.

---

ela relacionados (corpo, mulheres, discursos, em uma palavra, as representações), abrigados em outros campos ou enunciados de maneira distinta.





## A família, pais e mães: como eles são

Os pais, mães e filhos dessa época, são, se nos referirmos à maioria, trabalhadores fabris:

Os trabalhadores são homens e mulheres, adultos, adolescentes e crianças de ambos os sexos. A idade dos jovens e das crianças percorre toda a escala dos 8 anos (em alguns casos dos 6) até aos 18. Em alguns ramos, as meninas e as mulheres trabalham à noite junto com o pessoal masculino.<sup>7</sup> (MARX, 1982, p. 291).

Segundo o relatório da *Factories Inquiry Commission*, elaborado pelo doutor Hawkins, inspetor em Lancashire:

As jovens casam-se precoce e levianamente; carecem de meios, tempo e ocasião para aprender os deveres mais elementares da vida familiar e, mesmo que nos conhecessem, uma vez casadas não teriam condições de atender a esses deveres. A mãe, todo dia, por mais de doze horas, fica longe do filho, que é entregue aos cuidados de uma jovem ou de uma mulher mais velha, que cobram por isso. Além do mais, quase nunca a habitação do operário fabril é uma casa confortável (*home*), frequentemente é um porão privado de utensílios para cozinhar, lavar ou costurar, um lugar onde falta tudo que poderia tornar a vida agradável e civilizada. Por esses e outros motivos, mas principalmente para que as crianças tenham mais possibilidade de sobrevivência, só posso desejar e esperar que chegue o dia em que as mulheres casadas sejam excluídas das fábricas. (*Apud* ENGELS, 2008, p. 185).

Em 15 de março de 1844, lorde Ashley profere um discurso – moção – pela jornada de 10 horas - na Câmara dos Comuns, no qual relata:

M. H., de vinte anos, tem duas crianças; a menor é um bebê, que fica aos cuidados do mais velho; ela sai para a fábrica pouco depois das cinco horas da manhã e retorna às oito da noite; durante o dia, o leite escorre-lhe dos seios, ensopando-lhe o vestido. M. W. tem três crianças; sai de casa por volta das cinco horas da manhã de segunda-feira e só retorna no sábado, à sete horas da noite; no seu regresso, tem tanto a fazer pelas crianças que não pode deitar antes das três horas da manhã; às vezes, a chuva parece molhar-lhe até os ossos e ela trabalha nesse estado; afirma: “Meus seios me causam dores terríveis e com frequência escorrem a ponto de me deixarem molhada.” (*idem*, p. 182).

---

<sup>7</sup> Marx extrai as informações do terceiro e quarto relatórios (Third Report e Fourth Report) da “Children’s Employment Commission”, publicado em Londres, em 1864.





## IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Sobre a família que emerge do século XVII, avança pelo século XIX e se consolida no século XX, o Relatório sobre Leeds e o Relatório sobre Manchester avaliam, conforme relato de Engels. (*Ibidem*), que:

O emprego das mulheres na fábrica dissolve necessariamente a família e esta dissolução tem, no estado actual da sociedade que assenta na família, as consequências mais desmoralizadores quanto para os esposos como para os filhos.

[...] Efeitos desagregadores tem também o trabalho das crianças: quando conseguem ganhar mais do que seu sustento custa aos pais, começam a dar-lhes uma certa quantia pela alimentação e pela casa e firam com o resto, o que ocorre muitas vezes a partir dos catorze ou quinze anos

Ocorria, também, a desorganização da família em razão do trabalho da mulher na fábrica. Conforme carta de Robert Pounder (operário inglês) enviada a Oastler<sup>8</sup>, na qual relata as condições de um seu amigo, reduzido, pelo desemprego, ao trabalho doméstico enquanto a mulher, doente e fraca é quem trabalha, em um contexto onde outras relações não se alteraram (*Idem*, p. 183).

### A criança na passagem da Idade Média ao industrialismo

Na literatura, o aristocrata John Galsworthy (*apud* FERREIRA e RÓNAI, 1999, P. 2), retrata a “Criança do Pesadelo” dos novos tempos:

Parecia ter crescido sem que ninguém nunca lhe prestasse a menor atenção. Não creio que tenha sido maltratada; simplesmente não era tratada de modo nenhum. Na escola eram amáveis com ela, mas consideravam-na quase como anormal. Como o pai ganhava quinze xelins por semana, a mãe não tinha a menor idéia do que fosse dirigir uma casa e havia as duas criancinhas para sustentar, eles eram extraordinariamente pobres e Emlin vivia sempre desalinhada e mal calçada. Havia, aliás, em Emlin, uma espécie de graça natural, embora apagada, que procurava de modo comovedor vir à tona e jamais encontrava oportunidade para isso. Tinha sempre aquele ar de cão perdido, e, quando os seus grandes olhos de lebre nos fitavam o rosto, dava a impressão de esperar apenas um sinal para se atirar a nossos pés, aguardando uma carícia ou um pedaço de biscoito.

Depois de sair da escola, cuidou de empregar-se, é claro. Teve o primeiro emprego numa pequena fazendola onde se aceitavam hóspedes, e onde, não sabendo fazer nada, tinha de fazer de tudo. Despediram-na por causa do seu

<sup>8</sup> Político *tory*, opositor da à burguesia livre-cambista, atuou significativamente na luta pela limitação da jornada de trabalho nas fábricas.





## IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

hábito de furtar rabanetes, grampos de cabelo e a comida que sobrava, e porque certo dia a viram a lamber um prato.

Na imprensa da época, o Daily Telegraph, de Londres, relata, em 17 de janeiro de 1860 (*apud* MARX, 1982, p. 275-276) a vida em geral das crianças trabalhadoras:

O juiz do condado Broughton, presidindo uma reunião na prefeitura de Nottingham, em 14 de janeiro de 1860, declarou que naquela parte da população, empregada nas fábricas de renda da cidade, reinavam sofrimentos e privações em grau desconhecido no resto do mundo civilizado... As 2, 3, e 4 horas da manhã, as crianças de 9 e 10 anos são arrancadas de camas imundas e obrigadas a trabalhar até às 10, 11 ou 12 horas da noite, para ganhar o indispensável à subsistência. Com isso, seus membros definham, sua estatura atrofia, suas faces se tornam lívidas, seu ser mergulha num torpor pétreo, horripilante de se contemplar... Não nos surpreendemos que o Sr. Mallette e outros fabricantes se levantem para protestar contra qualquer discussão... o sistema, com o descreveu o reverendo Montagu Valpy, constitui uma escravidão ilimitada, escravidão em sentido social, físico, moral e intelectual... que pensar de uma cidade onde se realiza uma reunião pública para pedir que o tempo de trabalho para os homens **se limite a 18 horas por dia!**... Protestamos contra os senhores de escravos da Virgínia e da Carolina. Mas, o mercado negreiro, com os horrores do látego e do tráfego de carne humana é por acaso mais ignóbil do que esta lenta imolação dos seres humanos, praticada a fim de se produzirem véus e golas para maior lucro dos capitalistas? (Grifo nosso).

Em Massachusetts, os Estatutos Gerais estabelecem como limite máximo legal do trabalho de crianças (10 horas/dia), aquilo que antes tinha vigência para “operários em pleno vigor, para braceiros robustos do campo e para ferreiros atléticos” (MARX, 1982, p. 308).

A primeira legislação destinada a controlar a jornada de trabalho de adultos foi a Lei Fabril inglesa de 7 de junho de 1844, que colocou sob proteção legal as mulheres maiores de 18 anos, as quais foram equiparadas aos adolescentes menores de 18 anos. O trabalho dos dois grupos foi reduzido a 12 horas, além de ser-lhes proibido o trabalho noturno.

Sobre as ilusões acerca da necessidade de conhecimento escolar para a maioria dessas crianças, cabe lembrar que o trabalho fabril tende a, cada vez mais, simplificar o trabalho, reduzindo-o a um único gesto, enfadonhamente repetido por horas e horas, dias e dias, dispensa qualquer qualificação, menos ainda qualificação intelectual. Marx (1982, p. 555) lembra que, se antes, saber ler e escrever era uma exigência do ofício de tipógrafo, tudo mudou com a introdução da máquina de imprimir, pois, com ela somente duas espécies de trabalhadores passaram a ser





requeridos: um adulto, o supervisor da máquina, e meninos (entre 11 e 17 anos) “cuja atividade consiste exclusivamente em colocar uma folha de papel na máquina e retirá-la depois de impressa” (*Idem*), de modo que, assim reduzido, o trabalho do tipógrafo tornou-se independente do domínio da leitura e da escrita. Contradição dos novos tempos: o que trabalha para tornar acessível a escrita, a ela não tem acesso.

### Considerações finais

É na generalização dessas condições concretas de vida – e não por um sublime sentimento amoroso – que se torna historicamente necessário emergir uma preocupação com os direitos da criança.

Na síntese de Marx (1982, p. 560):

A força dos fatos, entretanto, compeliu a que se reconhecesse finalmente que a indústria moderna, ao dissolver a base econômica da família antiga e o correspondente trabalho familiar, desintegrou também as velhas relações familiares. O direito das crianças tinha que ser proclamado.

Em contraposição ao modelo idealizado de Ariès, é esta outra criança, capturada pela fábrica, objeto da violência sistemática do capital, que obriga a sociedade a pensar sobre ela. Essa preocupação emerge no processo social de luta pelas leis fabris, fulcradas na proibição do trabalho de crianças menores de 8 anos, na proibição de trabalho noturno de adolescentes e mulheres e diminuição da jornada de trabalho (inicialmente, para crianças, depois para adultos). É esse debate, que se impõe a toda a sociedade europeia ao longo do século XIX, que torna presente uma preocupação específica com as crianças, fazendo com que essa categoria se consolide no universo discursivo com um conteúdo historicamente dado, vale dizer, com o conteúdo das lutas fabris. Desdenhar esse fato histórico é construir ilusões que inviabilizam uma compreensão mais objetiva da condição de crianças e adolescentes na sociedade contemporânea. Ademais, é rude hipocrisia que já fora, antes, denunciada por Ponce:

Ainda faltava, contudo, uma hipocrisia: no mesmo século em que Jules Simon publicava um livro com este título terrível – *O Operário de Oito Anos* – no mesmo século em que o número de suicídios de criança se elevava de modo trágico, no mesmo século em que Lino Ferriani, Procurador do Reino da Itália, denunciava





## IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

que na sua pátria se compravam criancinhas por trinta liras, para obrigá-las a trabalhar nas indústrias vidreiras do estrangeiro, nesse mesmo século, a sensível Ellen Key anunciou comovida que tínhamos entrado no “século das criancinhas”. (PONCE, 1985, p. 151).

Uma definição de infância e adolescência que leve em conta seus determinantes socioeconômicos é de inegável importância para um melhor entendimento dos problemas sociais que envolvem a condição da criança e do adolescente na sociedade contemporânea, quer se refiram às relações familiares ou extrafamiliares, à educação ou ao trabalho. Em consequência, é de se refletir com profundidade sobre o sentido real dos papéis que a sociedade lhes tem atribuído, avaliando se, encoberto pelo véu de exaltação de novos sentimentos familiares, não se oculta um reiterado processo de reprodução proletária, constituindo um cada vez mais dilatado exército de reserva, pronto para ser requerido ou dispensado, ao sabor das necessidades de reprodução ampliada do capital.

### Referências

ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. 2ª Edição. Tradução de Dora Flaksman. Rio de Janeiro: LTC, 2011.

ARIÈS, Philippe. Por uma história da vida privada. In ARIÈS, Philippe e CHARTIER, Roger (Org). **História da Vida Privada: da renascença ao século das luzes**. Tradução de Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

CHARTIER, Roger. **A história cultural**. Lisboa: Difel, 1990.

CORAZZA, Sandra Mara. **História da Infância**: a vida, a morte e mais-valia de uma infância sem fim. Porto Alegre: UFRGS, Faculdade de Educação, POA, BR – RS, 1998 (Tese de Doutorado).

DANTIER, Bernard, Catégories d'âge et d'état civil sous conditions socio-historiques: Philippe Ariès, L'enfant et la vie familiale. 2007. In : <http://dx.doi.org/doi:10.1522/030032621> - Acessado em 22/08/2011.

DESAN, Suzanne. Massas, comunidade e ritual na obra de E. P. Thompson e Natalie Davis. In HUNT, Lynn. **A Nova História Cultural**. Tradução de Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. Tradução de B. A. Schumann. São Paulo: Boitempo, 2008.

FERREIRA e RÓNAI, 1999

FLANDRIN, Jean-Louis. Infância e Sociedade. In: **O Sexo e o Ocidente**: Evolução das atitudes e dos comportamentos. Tradução Jean Progin. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

HUNT, Lynn. **A Nova História Cultural**. Tradução de Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1992.





## IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução Bernardo Leitão [et al.]. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990.

MARX, Karl. **O Capital** (Crítica da Economia Política). Livro 1: O Processo de Produção do Capital. Vol. 1. 7ª. ed. Tradução de Reginaldo de Santana. São Paulo: Difel, 1982.

PIRES, Flávia. Pesquisando crianças e infância: abordagens teóricas para o estudo das (e com as) crianças. In **Cadernos de Campo**. São Paulo, n. 17, p. 1-348, 2008.

PONCE, Aníbal. **Educação e Luta de Classes**. Tradução de José Severo de Camargo Pereira – 5ª. Edição. São Paulo : Cortez : Autores Associados, 1985.

SEGUNDO, Rinaldo. **A invenção da infância**: pressuposto para a compreensão do Direito da Criança e do Adolescente. Revista Jus Navigandi, 2003. Disponível em:  
<http://jus.com.br/revista/texto/4542/a-invencao-da-infancia/1> Acesso em 18/03/2011.

VAINFAS, Ronaldo. História das Mentalidades e História Cultural. In CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da História**: Ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

